

OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA REGIÃO NORTE NAS DÉCADAS DE 70 E 80: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

Marília Carvalho Brasil¹

1. Introdução

O processo histórico da Região Norte apresenta-se, grosso modo, subdividido em três grandes períodos de ocupação demográfica e econômica².

A primeira fase, iniciada com a descoberta do território amazônico por parte dos colonizadores portugueses, desenvolveu-se até a expulsão completa dos demais grupos europeus que tentavam se estabelecer na Região. A ocupação teve como características principais a distribuição e a dispersão da população ao longo dos rios e principais afluentes. A partir do momento que os portugueses tiveram a posse definitiva da região, a mesma passou a ser considerada apenas como *reservatório de produtos florestais e das "drogas do sertão"*. A segunda fase corresponde ao período imperial e cuja economia baseou-se, principalmente, na coleta de espécies florestais, passando do ciclo das "drogas do sertão" para o ciclo da borracha. Na segunda metade do século XIX até 1920, a região alcançou um crescimento econômico considerável com base na exploração da borracha, o que provocou uma intensa demanda de mão-de-obra e, por sua vez, uma grande migração de nordestinos

¹ Doutoranda em Demografia do CEDEPLAR/UFMG.

² Ver maiores detalhes sobre esta periodização em CEDEPLAR (1977).

expulsos pelas secas. Surgiu, então, um grande número de novos povoados, vilas e cidades com o intuito de comercializar a produção gomífera e fornecer alimentos aos extratores. Assim, Belém e Manaus tornaram-se os principais centros de distribuição e comercialização da produção que era enviada para os mercados externos (europeu e americano). Com o colapso da borracha, vieram, então, outras atividades extrativas (como, por exemplo, a castanha), porém mais localizadas quanto aos seus efeitos demográficos e econômicos.

Apesar das grandes transformações que estas duas fases trouxeram para a Região como um todo, elas foram relativamente pequenas quando comparadas às do período que se inicia na década de 1960, tanto em termos populacionais, quanto econômicos. Foram implantadas políticas governamentais (a Operação Amazônia e, posteriormente, o Programa de Integração Nacional) que tinham por objetivo desenvolver e povoar a Região Norte de forma a promover, de maneira definitiva, sua integração à economia brasileira.

É a partir dessa década que irão acontecer profundas modificações na dinâmica demográfica da Região Norte. A população, que estava próxima a 1,9 milhão, em 1960, passou, em 1980, para quase 6 milhões de habitantes. Delinearam-se, de forma mais nítida, novas tendências demográficas na Região, com a migração de nordestinos e sulistas em busca de “novas fronteiras” para explorar, e a maior urbanização que surge com a impossibilidade de fixação da crescente população nas zonas rurais. Principalmente na década de 70, verifica-se o impacto dos programas governamentais sobre a dinâmica demográfica da Amazônia.

Com base nas décadas de 70 e 80, pretende-se fazer um estudo sobre as migrações interestaduais ocorridas na Região Norte, levando-se em consideração os componentes intra-regional e inter-regional.

2. Metodologia

O período considerado para o presente estudo refere-se às décadas de 70 e 80, quando se verifica uma acentuação dos movimentos migratórios para a Região. Nesse período, ocorreram mudanças importantes no seu quadro político-administrativo. Os Territórios de

Rondônia e Roraima foram transformados em Estados, em 1981 e 1988, respectivamente, e foi criado o Estado do Tocantins, também em 1988, desmembrado de Goiás, passando a fazer parte da Região Norte.

As principais fontes de dados utilizadas são as amostras dos Censos Demográficos de 1980 (25%) e 1991 (11%). A fim de permitir uma compatibilidade das bases geográficas entre esses dois censos, já que foi criado um novo Estado na última década, adotou-se neste trabalho a nova divisão político-administrativa do Censo Demográfico de 1991, com a inclusão do território que hoje corresponde ao Estado do Tocantins no Censo de 1980.

A modalidade da migração estudada é a interestadual, levando-se em consideração os seus aspectos inter-regional e intra-regional. Ou seja, para a análise da mobilidade inter-regional foram considerados os movimentos migratórios que têm como destino a Região Norte, mas se originaram em Unidades da Federação (UF) de outras regiões do País. Por outro lado, a intra-regional foi dada pelas migrações ocorridas dentro da própria região entre suas diferentes UFs. Para tal, foram analisados apenas os movimentos migratórios interestaduais de última etapa dos não-naturais das UFs da Região, isto é, considerou-se como migrante aquele indivíduo que declarou como UF de residência anterior outra UF que não a de residência atual, seja da própria Região (intra-regional), seja das demais regiões do País (inter-regional). Desta forma, não foram consideradas as informações sobre a migração, numa data fixa, que constam no Censo de 1991.

Para a análise do processo migratório durante a década em estudo foram empregados os métodos de mensuração direta e indireta, uma vez que permitem obter uma melhor compreensão da migração. Para a estimativa dos saldos migratórios da população de 10 anos de mais (técnica indireta) referente ao período 1980/90, foram utilizadas as relações intercensitárias de sobrevivência do País ajustadas ao nível regional (RIS) e, para a população nascida no período intercensitário, utilizou-se a relação criança/mulher sugerida por Lee³. Com relação ao período 1970/80, foram adotadas as

³ Ver maiores informações em CARVALHO, J.A.M. de. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v.2, nº 1, jan./jun., 1985.

estimativas realizadas por CARVALHO, FERNANDES (1996), com exceção do Estado do Tocantins. Para o presente trabalho, não foram estimados o saldo migratório e a taxa líquida de migração do Estado do Tocantins devido à necessidade de emprego do Censo Demográfico de 1970 e à respectiva dificuldade de operacionalizar a desagregação dos municípios que constituem o atual Estado.

O saldo migratório obtido por cada técnica não é igual, uma vez que o saldo resultante da mensuração direta leva em consideração a última etapa migratória ocorrida durante o período intercensitário, enquanto o saldo obtido por técnica indireta está relacionado à situação 10 anos antes (na data do censo anterior). O método direto permite a desagregação da imigração de cada sub-região e o conhecimento da origem dos imigrantes, enquanto a mensuração indireta permite apenas a estimativa do saldo final do processo migratório. No entanto, para compatibilizar estes dois métodos, utilizou-se o procedimento sugerido por Rigotti (1994 e 1996).

3. A Migração Interestadual

3.1. A década de 70

A migração para a Região Norte, na década de 70, ainda teve fortes influências das políticas que foram desenvolvidas pelo Governo Federal com o intuito de permitir a integração da Região ao resto do País, e que vinha se delineando, progressivamente, desde a década de 50. Estas políticas atuaram nos mais diversos setores, como no incentivo aos grandes projetos agropecuários e minerais, à colonização dirigida, à construção de estradas de rodagem, à criação da Zona Franca de Manaus, só para citar alguns exemplos, que tiveram impacto decisivo para a atração de novos contingentes populacionais.

De forma que nesse período houve a entrada de 852.368 imigrantes na Região Norte, o que corresponde a 13% da sua população residente em 1980. Este valor pode parecer pequeno quando comparado com os de outras regiões do País, como por exemplo, o Sudeste; porém tem-se que levar em consideração a base populacional de cada Região e a importância da migração para o seu crescimento populacional.

Os Estados do Pará e Rondônia eram os que atraíam o maior número de imigrantes interestaduais (43,9% e 33,0%, respectivamente). Apesar de o Pará apresentar a maior participação no cômputo geral da imigração regional (em torno de 400 mil pessoas), a proporção dos movimentos migratórios na sua população total representa apenas 11% devido à maior base demográfica que este Estado apresenta em relação à Região como um todo (51,6%). Esta situação é bem diferente da apresentada pelo Estado de Rondônia, que chama a atenção pela elevada proporção de imigrantes na sua população residente (57,4%), ou seja, para cada 100 pessoas ali residentes, 57 eram oriundas de outras Unidades da Federação. Outro Estado que também apresenta uma alta percentagem de imigrantes é Roraima, com 22,6%, indicando que $\frac{1}{4}$ da sua população vem de outros Estados. No entanto, tem-se que levar em consideração o pequeno volume populacional que esse Estado apresentava no período e que a migração, por menor que fosse, representava um incremento relevante em relação à sua população total, como é o caso, pois apenas 2,1% de toda imigração regional se dirigiram para esse Estado.

O Estado do Tocantins conta com 8,7% do total de imigrantes interestaduais, constituindo-se no terceiro pólo de atração da Região, tendo recebido aproximadamente 74 mil pessoas. Pólo este até maior que o do Amazonas, importante área de absorção de migrantes no passado, como no período da borracha, mas que nessa década refletiu pouco interesse por parte dos migrantes.

O Acre foi o Estado que contou com a menor entrada de migrantes, com aproximadamente 16 mil pessoas, o que correspondeu a apenas 1,8% de toda a imigração interestadual ocorrida na Região Norte durante a década. Estes três últimos Estados mencionados quando considerados conjuntamente, corresponderam a mais de 85% de toda a imigração ocorrida na Região.

Com relação ao tempo de residência dos migrantes nas Unidades da Federação de residência, verifica-se que há uma nítida supremacia de pessoas que se deslocaram para as UFs nortistas no segundo quinquênio da década, contando com 75,5% da imigração interestadual, enquanto o primeiro quinquênio ficou com menos de 25% do total. Esta situação sugere duas hipóteses: 1) que as políticas que tinham por destino incentivar a migração para a

Região somente apresentaram efeitos positivos a partir desse segundo quinquênio ou 2) os fluxos migratórios para a Região foram tão "instáveis" que houve um movimento permanente de pessoas que entraram e saíram da Região ou de suas UFs, com grande frequência, em busca de novas oportunidades.

Com relação aos movimentos intra e inter-regionais, verifica-se que a imigração proveniente de outras regiões do País constituiu 87,4% da imigração interestadual total, enquanto a intra-regional contou com apenas 12,6%. A migração inter-regional concentrou-se, principalmente, nos Estados do Pará (48%) e de Rondônia (35,1%), que, contaram, juntos, com mais de 80% desta modalidade. O Amazonas apresentou a maior percentagem da imigração, com 32%, enquanto o Amapá, Pará e Rondônia ficaram com percentuais entre 15% e 20%. Com relação à participação desses fluxos na composição da imigração estadual, verifica-se que os Estados do Pará, Rondônia e Tocantins apresentaram uma nítida influência de migração oriunda de fora da Região Norte, ultrapassando 90% do total de imigrantes de cada Estado, enquanto o Amapá apresentou uma predominância da migração intra-regional (84%). O Amazonas, por suas vez, contou com uma participação mais equânime dos dois fluxos (52% da intra-regional e 48% da inter-regional).

Isto pode ser melhor visualizado quando analisamos a migração levando em consideração a procedência dos imigrantes no tocante às grandes regiões emissoras de população. No cômputo geral, o Nordeste garantiu 35,4%, constituindo-se no fluxo mais importante em direção à Região Norte, com um volume de aproximadamente 300 mil pessoas. Outro fluxo relevante foi aquele com origem no Centro-Oeste, que contribuiu com 20%, nitidamente reforçando a idéia de continuidade da expansão da fronteira agrícola que, depois de integrar o Centro-Oeste à economia brasileira, passou a se deslocar em direção à Região Norte como última etapa deste processo.

Com relação à distribuição destes fluxos em cada Estado, verifica-se que a procedência dos migrantes, nessa década, apresentou uma nítida influência dos fluxos oriundos de fora da Região Norte, com exceção do Amapá e Amazonas. Estes foram os únicos Estados que apresentaram uma imigração superior a 50% proveniente da própria Região (Amapá com 84% e Amazonas com 52%). O Acre

também apresentou uma significativa migração intra-regional, em torno de 42%.

O Mapa 1 mostra, com maior clareza, os fluxos migratórios mais importantes para cada Estado nortista na década de 70.

O Pará apareceu como o grande receptor dos fluxos nordestinos, que representaram 55% da imigração ocorrida no Estado. Os fluxos emissores mais importantes foram oriundos do Maranhão (58%), do Ceará (18%) e da Bahia (11%). Além destes, verificou-se também um significativo fluxo proveniente do Centro-Oeste, em torno de 80 mil pessoas, correspondendo a 21% do total da migração para esse Estado, tendo sido Goiás o Estado que mais contribuiu com relação ao referido fluxo (89% do respectivo total). A imigração proveniente do Sudeste também foi importante para esse Estado, com 14% do total.

O Tocantins contou com a forte influência da imigração proveniente do Nordeste, com 69%, seguido do Sudeste, com 15%. Com relação aos nordestinos o fluxo mais importante foi oriundo do Maranhão, que correspondeu a 60% do respectivo total. Já o Sudeste abasteceu esse Estado com fluxos importantes oriundos de Minas Gerais (68%) e São Paulo (27%).

O Amazonas foi a UF que recebeu o terceiro maior volume de nordestinos (16.500 pessoas), correspondendo a 25% da imigração que teve como destino esse Estado. Os principais Estados de origem foram o Ceará (47%) e o Maranhão (22%). Apesar da importância da migração nordestina para o Amazonas, foi a migração intra-regional que conteve o maior efetivo, com 52% da migração interestadual amazonense. O Pará (70%) e o Acre (18%) foram seus maiores fornecedores de população. Outra região relevante quanto à origem dos migrantes foi o Sudeste, que contou com 14% (aproximadamente 10 mil pessoas) do total estadual, tendo sido São Paulo (42%) e Rio de Janeiro (37%) os Estados que mais enviaram pessoas para o Amazonas.

Rondônia, por sua vez, apresentou forte influência no seu incremento populacional derivada de migração oriunda do Sul (38%), do Centro-Oeste (29%) e do Sudeste (21%). Do Sul, o maior fluxo foi do Paraná (96%). Já do Centro-Oeste, as principais origens foram os Estados

do Mato Grosso (58%) e do Mato Grosso do Sul (36%). Do Sudeste, as procedências mais importantes foram o Espírito Santo (44%) e Minas Gerais (34%). Rondônia, apesar de apresentar a mais baixa proporção de pessoas originárias da própria Região (7,2%), foi o Estado que deteve, em valores absolutos, o segundo maior fluxo, com 20.386 pessoas, só inferior ao do Amazonas (34.224).

Em relação a Roraima, os principais fluxos imigratórios foram oriundos do Nordeste (50%), seguidos da própria Região Norte (34%). Os Estados mais importantes do Nordeste, sob a ótica da emissão, foram o Maranhão (64%) e o Ceará (20%), enquanto no Norte, foram o Amazonas (71%) e o Pará (20%).

Com relação ao Estado do Acre, do total de aproximadamente 16 mil migrantes, 41,8% vieram da Região Norte, sendo que 71% destes tiveram origem no Amazonas e 18% em Rondônia. Com relação à migração inter-regional, as maiores correntes procederam do Sudeste (17%) e do Sul (16%). Paraná (21,5%) e Ceará (13,2%) deram origem aos maiores fluxos.

A migração para o Amapá foi predominantemente de origem intra-regional (84% do total), tendo sido quase toda (99%) oriunda do Pará. O Nordeste foi o segundo maior fluxo (11%), tendo no Maranhão a principal origem (46%).

De acordo com a metodologia desenvolvida por Rigotti (1994 e 1996), pode-se conhecer os componentes que estão implícitos nos saldos migratórios, isto é, o número de imigrantes e emigrantes. Desta forma, o saldo migratório estimado para a década de 70 ficou em torno de 550 mil imigrantes na Região Norte como um todo. Para corroborar os dados da mensuração direta vistos até o momento, todos os Estados apresentaram saldo positivo (imigração), à exceção do Acre. Os Estados de maior representatividade foram Rondônia e Pará, que apresentaram saldos imigratórios interestaduais de 270 mil e 250 mil imigrantes, respectivamente, enquanto Amazonas e Roraima ficaram com aproximadamente 15 mil migrantes. O Acre contou com uma migração negativa (emigração) de 13 mil pessoas. Com relação à composição dos elementos implícitos no saldo migratório da Região, observa-se que, no período, houve a entrada de 745 mil pessoas (descontados os imigrantes intra-regionais) e a saída de 190 mil. O Pará, apesar de ter sido o Estado que atraiu

maior número de migrantes, também foi aquele que mais perdeu, esta perda correspondendo a 61% do total de emigrantes.

Com relação às taxas líquidas de migração, estima-se que 9,4% do crescimento observado na Região durante a década de 70 tenha sido devido ao processo migratório. Rondônia apresentou uma participação de 56% e Roraima de 20%, que refletem a importância da migração para estes Estados. Não se deve deixar de lembrar, no entanto, que a pequena base populacional que os mesmos apresentavam em 1980 explica, em parte, a marcada contribuição dos fluxos imigratórios para os respectivos crescimentos populacionais. O componente migratório, no caso do Pará, teve contribuição bem mais modesta, de apenas 7,6%. O Amapá e o Amazonas tiveram cerca de 1% do seu crescimento explicitado pela migração. Já o Acre teria crescido 4,5% se não fosse a emigração.

A mudança no quadro domiciliar também possibilita uma visão mais clara sobre os movimentos migratórios. Porém, há que se levar em conta o fato de que, em regiões onde a migração por etapas é muito importante, como é o caso da Região Norte, a migração rural x urbana é geralmente subestimada, enquanto a urbana x urbana fica sobrestimada, já que não são computados os fluxos iniciais, mas apenas os da última etapa. Se, por acaso, o migrante inicia o seu movimento migratório a partir de uma área rural e desloca-se para diferentes localidades, apenas o último movimento é computado no Censo, de modo que, geralmente, esta forma de inquérito superestima os deslocamentos do tipo urbano x urbano. Mas, apesar disso, tais fluxos oferecem uma aproximação dos movimentos dentro da Região.

Os fluxos mais importantes para a Região foram de tipo rural x rural (44%) e urbano x urbano (30%), com os outros dois fluxos ficando muito próximos entre si, em torno de 12%. A Região, na década de 70, era considerada como uma área de fronteira. Por isto, as migrações com destino rural deveriam ser supostamente os fluxos predominantes; verificou-se, porém, que a migração com destino urbano foi a majoritária, com 57% do total. No entanto, vale dizer que isto não ocorreu de forma homogênea em termos da Região como um todo, tendo-se registrado sensíveis diferenças em relação a alguns Estados.

Em Rondônia, o fluxo mais importante foi do tipo rural x rural, que correspondeu a 50% da imigração ocorrida no Estado. Foi reflexo, principalmente, das políticas implementadas pelo Governo Federal a fim de impulsionar a colonização do Estado com base inicialmente na pequena propriedade e que absorveu um contingente considerável de agricultores expulsos de outras regiões. Não obstante, também se registrou no Estado um outro fluxo relevante, de tipo urbano x urbano, que representou 23,3% do total.

O Acre, por sua vez, apresentou como fluxos importantes os mesmos acima mencionados, porém de forma inversa, ou seja, o urbano x urbano contou com 43% e o rural x rural com 30%. Roraima apresentou o mesmo perfil, com 56% e 25% , respectivamente.

O Amazonas apresentou um fluxo extremamente alto de migração urbana x urbana (69%), o que supostamente reafirma a importância de Manaus e, principalmente, do Distrito Industrial da Zona Franca como foco de atração migratória. Incluindo a migração rural x urbana (19%), os deslocamentos com destino urbano representavam no Amazonas quase 90% de toda imigração havida no Estado.

Os fluxos em direção à área rural apresentaram-se majoritários no Estado do Pará. Os deslocamentos de tipo rural x rural representaram 44% e os de tipo urbano x rural, 19%, indicando a importância que assumiram os deslocamentos com destino rural neste Estado.⁴

Com relação ao Amapá, os fluxos de tipo urbano x urbano e rural x rural apresentaram valores que denotaram um certo equilíbrio entre os mesmos (32% do total, cada um).

No Tocantins, a maior expressividade dos fluxos disse respeito àqueles com destino rural: os fluxos de tipo rural representaram 44% do total e os urbanos x urbanos, o segundo tipo mais expressivo, 29%.

⁴ Embora seja oportuno lembrar a freqüente imprecisão, no Censo, quanto às conceituações de quadros urbanos e rurais.

3.2. A década de 80⁵

Em relação à década anterior, ocorreu, no período 1980/91, um aumento do número absoluto de imigrantes interestaduais, cujo total passou de 850 mil para 1,3 milhão de pessoas. Houve, portanto, um aumento de aproximadamente 50% quanto ao número de pessoas que entraram na Região Norte. No entanto, tem-se que considerar este volume tentando dimensioná-lo e isto pode ser feito levando-se em consideração a população residente e sua distribuição no período em questão.

Observando a distribuição desse movimento migratório segundo as diferentes UFs da Região, verifica-se que todas elas apresentaram crescimento significativo em relação ao volume de imigrantes registrados na década passada. O Pará foi o Estado onde esse crescimento relativo foi menor mas, ainda assim, atingiu quase 30% a mais do que recebera nos anos 70. O Estado continuou sendo aquele que, em números absolutos, mais recebeu pessoas. Outros Estados, como Roraima, Tocantins e Amapá, tiveram aumentos mais acentuados (apesar do volume absoluto ainda ser pequeno), elevando suas participações no cômputo geral da imigração interestadual. O Pará absorveu 38% da população migrante, Rondônia, 31% e Tocantins, 31%.

Outro aspecto a considerar é que, apesar do aumento de 50% no volume de imigrantes, entre 1980 e 1991, tal crescimento não significou, em nível da Região, uma elevação da participação da população migrante em relação à população total residente. De fato, tal participação apenas se manteve constante, em torno de 13%, fruto de ter havido crescimento da população residente nas mesmas proporções (52%). No entanto, ao se considerar cada Estado separadamente, verificaram-se algumas mudanças importantes. O caso mais notável foi o de Rondônia que teve uma queda importante na participação da população migrante sobre o efetivo total ali residente, que caiu de 57%, em 1980, para 35%, em 1991. Por outro lado, outros Estados apresentaram crescimento dessa participação, como foram os casos de Roraima (29%) e Tocantins (18%).

⁵ A denominação "década de 80" será utilizada para considerar o período 1980/91, apesar de não ser a mais correta.

Percebe-se que, controlando o tempo de residência dos imigrantes, houve um pronunciado aumento da proporção de migrantes fixados na Região havia mais de cinco anos, que passou de 24% para 41%. Isto estaria indicando que houve, nesta segunda década, uma maior “estabilidade” da população migrante, ou seja, os imigrantes que ingressaram durante o primeiro quinquênio da década permaneceram, em grande medida, na UF que escolheram como destino, não tendo mudado com tanta frequência quanto parece ter acontecido na década anterior. Ao se decompor, para cada Estado, a proporção da migração segundo o tempo de residência, verifica-se que declinou, em todas as UFs, a percentagem da população migrante que mudou de residência durante a segunda metade da década de 80. Este declínio, porém, aconteceu de forma mais acentuada justamente naqueles dois Estados – Pará e Rondônia – que contam com maior volume de imigrantes: decresceu mais de 75%, em ambos os casos, para 58%, no Pará, e para 48% em Rondônia. Tanto foi assim que a proporção de migrantes com mais de cinco anos de residência passou, no caso de Rondônia, a ser majoritária.

Com relação às modalidades intra-regional e inter-regional da migração interestadual, verificou-se que, na década dos 80, ocorreu uma importante elevação na participação da imigração intra-regional, que se elevou de 12% para 22%. O Amazonas, que no período anterior absorvera o maior número de imigrantes intra-regionais, apresentou, entre os anos 70 e 80, um significativo decréscimo de 32% para 19%. Já no Pará, deu-se o contrário, tendo tal participação aumentado de 15 pontos percentuais, tomando-se o Estado que mais recebeu este tipo de migração (31%). Enquanto alguns Estados diminuíram suas participações, como foram os casos de Rondônia e Amapá, outros acrescentaram alguns pontos às mesmas, como se registrou em Roraima (8%) e no Tocantins (10%).

Por outro lado, a migração inter-regional, apesar de ter perdido 10 pontos percentuais, continuou sendo a modalidade com grande predominância (79%). O Estado do Pará permaneceu majoritário, porém com taxa mais baixa, em torno de 40%, seguido de Rondônia, que se manteve nos níveis anteriores (35%). Novamente, os Estados que ganharam importância nesse período foram Roraima e Tocantins, que tiveram suas participações relativas aumentadas para 4% e 14%, respectivamente.

A distribuição desses fluxos migratórios a nível de cada Estado também mostrou, na sua maioria, uma maior proporção de movimentos populacionais oriundos da própria Região Norte. A propósito, os casos mais significativos disseram respeito ao Acre, Pará, Rondônia e Tocantins. O Acre, nos anos 80, passou a ter mais de 50% da sua população migrante vinda de outras UFs da própria Região, enquanto que o Pará também representou um crescimento expressivo, que elevou essa participação para 18%. O Tocantins também apresentou aumento significativo: de 6% para 17% entre uma década e outra.

A distribuição da migração interestadual segundo as regiões de origem permite dispor de uma visão mais completa a respeito desses fluxos migratórios. Como já foi discutido anteriormente, a Região Norte teve aumentada a sua participação no cômputo geral, passando a representar 21,5% da migração (275 mil pessoas) que teve como destino as UFs da própria Região. Por sua vez, o Nordeste continuou sendo a região que mais forneceu população para a Amazônia, com 37% (com aproximadamente 500 mil pessoas). Já as Regiões Sul e Centro-Oeste tiveram essa participação diminuída para 11% e 14%, respectivamente. No Norte, o Estado do Pará, isoladamente, absorveu 55% de todo o fluxo oriundo do Nordeste, tendo continuado como o seu principal receptor.

A participação das regiões de origem na migração total de cada Estado permite visualizar mudanças acontecidas durante o período (Mapa 2).

Com relação ao Acre, a grande mudança disse respeito à Região Norte, que aumentou sua participação (para 50%) de forma significativa na oferta de população, enquanto o Nordeste e o Sudeste apresentaram percentuais em torno de 13%. Os Estados mais importantes enquanto emissores de população para o Acre foram o Amazonas (25%), Rondônia (22%) e o Paraná (8%).

Quanto ao Amazonas não houve mudança significativa, permanecendo como principal fluxo o de origem nortista (51%), seguido do nordestino (27%). Considerando os principais Estados fornecedores de população, o Pará surge como o mais importante, correspondendo a 38% de toda a imigração interestadual amazonense. Com proporções consideráveis, aparecem também os Estados do Ceará (11%) e do Maranhão (8%).

O Estado do Amapá, da mesma forma que na década anterior, apresentou o Norte como a região provedora do maior número de imigrantes (78%), embora a um nível mais baixo. Por sinal, o Amapá foi o único Estado que apresentou alguma perda de posição relativa quanto à imigração nortista. O Pará continuou sendo o seu principal emissor de população (75%), seguido pelo Estado do Maranhão (8%).

O Estado do Pará, por sua vez, apresentou uma mudança no seu padrão migratório em relação à década anterior. O Nordeste continuou sendo a região mais importante no tocante à emissão de população (59%), porém foi com relação às regiões Norte e Centro-Oeste que as mudanças ocorreram com maior significação: o Norte, de região menos importante, na década de 70 (com apenas 4%), passou à condição de segundo maior fluxo (18%), nos anos 80, ultrapassando, inclusive, o Centro-Oeste. Esta região, que detinha mais de 20% da migração interestadual do Estado do Pará, em 1980, declinou para menos de 10%, em 1991. Descendo ao nível dos Estados emissores, o Maranhão continuou apresentando grande importância (39%), seguido pelo Tocantins (12%) e pelo Ceará (7%). Na década passada, quando o atual Estado do Tocantins ainda fazia parte do Estado de Goiás, este apresentava-se como o segundo maior emissor migratório (19%) para o Pará, tendo perdido essa importância após o desmembramento sofrido em favor do Estado do Tocantins.

O Estado de Rondônia, na década de 80, também apresentou mudanças na composição dos fluxos migratórios. As regiões que haviam apresentado maiores fluxos, na década anterior, como foram os casos do Sul e do Centro-Oeste, tiveram diminuídas as suas participações no cômputo total do Estado, que passaram de 38% para 28% e de 29% para 19%, respectivamente. Já as regiões que mais cresceram foram o Nordeste (aumento de 5% para 14%) e o Sudeste (de 21% para 28%). A nível dos Estados emissores de população para Rondônia, o Paraná continuou sendo o mais importante (25%), seguido por Minas Gerais (10%), Mato Grosso (10%) e Espírito Santo (9%).

Roraima apresentou situação assemelhada à da década anterior no que respeita à importância das principais áreas de origem dos que imigram no Estado. O Nordeste representou 52% do fluxo

interestadual, seguido pelo Norte, com 36%. A nível dos Estados emissores, destacaram-se o Maranhão (35%), o Pará (16%) e o Amazonas (11%). Os dados demonstraram a pouca importância das demais regiões brasileiras em suas relações migratórias com o Estado de Roraima.

Tocantins, por sua vez, mostrou um decréscimo importante quanto ao movimento migratório proveniente do Nordeste (queda de 68% para 41%, entre os anos 70 e 80), ao contrário do que se verificou com relação às regiões Centro-Oeste e Norte, cujas participações se elevaram significativamente (29% e 16%, respectivamente). A nível de Estados emissores, o Maranhão continuou com um fluxo importante que, na década passada, diminuiu de 41% para 24%. O Estado de Goiás, que já tinha expressividade nos anos 70, passou a ser a origem das migrações para o Tocantins (25%). Outro Estado que despontou, neste período, foi o Pará, que participou com 15% do fluxo migratório para o Tocantins durante os anos 80. De certa forma, estes resultados parecem indicar ter sido a migração de "curta distância", ou mesmo fronteira, a mais importante no caso tocaninense.

Com relação aos saldos migratórios, verificou-se, para a Região como um todo, um aumento do volume total de 550 mil pessoas, na década de 70, para 717 mil, na de 80, correspondendo a um acréscimo de aproximadamente 30%. Com relação à taxa líquida de migração para o conjunto da Região, observou-se um certo arrefecimento no seu ritmo, representando uma queda de 13% (redução de 9,4%, em 1970/80, para 8,2%, em 1980/91). Da mesma forma, observaram-se mudanças importantes no período também com referência aos Estados nortistas (Tabela 11).

O Estado de Rondônia continuou como o maior expoente em relação ao volume dos saldos estaduais, com um acréscimo de aproximadamente 40% em comparação com a década de 70, a mostrar sua importância como pólo de atração regional. Ao mesmo tempo, apresentou o menor número de emigrantes do período, em torno de 7.263 pessoas. No entanto, o sentido é inverso quando consideramos a análise com base na taxa líquida de migração. Enquanto, na década de 70, mais de 55% do crescimento populacional de Rondônia era explicado pela migração, na década seguinte, este indicador caiu para 37%. Isto se deu em consequência,

principalmente, do aumento da base populacional que este Estado obteve, progressivamente, nas últimas décadas. Para compensar este crescimento da população e manter a taxa de 55%, a imigração teria que apresentar um ritmo bem mais intenso, de tal forma que o acréscimo necessário ao atual saldo migratório seria de mais 190 mil pessoas, correspondendo a aproximadamente 50% do mesmo.

O Estado do Pará continuou, na década de 80, com o segundo maior saldo migratório. Este volume, no entanto, foi bem inferior ao da década anterior, correspondendo a apenas 60% do mesmo (155 mil pessoas). Como já havia se verificado nos anos 70, este Estado continuou sendo o maior expulsor de população, com um volume que, durante os anos 80, atingiu mais de 330 mil pessoas. Desta forma, a participação da migração no seu crescimento populacional apresentou uma queda acentuada, passando para apenas 3,3%.

Estados como Amapá, Amazonas e Roraima apresentaram acréscimos bastante significativos nos seus saldos migratórios. Entre os três Estados, o que apresentou ímpeto maior foi o Amapá, que de um saldo extremamente baixo na década de 70, apresentou um aumento de mais de 1.000%, entre as décadas, passando para 27 mil pessoas. A taxa líquida deste Estado, no período 1970/80, apresentou-se inexpressiva quanto ao seu crescimento populacional, porém, no período seguinte elevou-se para 10%. Este indicador nos dá a entender que houve fatores conjunturais favoráveis no contexto estadual que permitiram o aparecimento de uma onda migratória em sua direção, inclusive de Estados extra-regionais, apesar de se constituir ainda pouco relevante no conjunto regional como um todo.

O Amazonas constituiu-se em outro Estado que apresentou um acréscimo importante em relação ao saldo migratório, entre as décadas de 70 e 80. Tal volume atingiu 60 mil pessoas, representando um aumento de 300% no período, garantindo dobrar a participação da migração no seu crescimento populacional (3%). E, ao mesmo tempo, reduziu a expulsão migratória.

Na década de 80, o Estado de Roraima foi o que apresentou a maior participação da migração no tocante ao crescimento demográfico estadual. Esta taxa ficou em torno de 45%, indicando que de cada 100 indivíduos residindo em Roraima, 45 eram imigrantes. Tal

percentual somente foi inferior ao alcançado por Rondônia na década passada. O saldo migratório foi superior a 90 mil pessoas, ultrapassando o Amazonas que, entre 1970/80, detinha o terceiro maior saldo. Com relação à composição da migração (imigrantes e emigrantes), ficou claro que o método aqui utilizado não se adequou à base dos dados referentes ao Estado, uma vez que se registrou um volume de emigrantes negativo. É necessário analisar a composição dessa migração estadual com base nas informações coletadas diretamente pelo Censo de 1991, principalmente sobre a saída de pessoas deste Estado durante a década.

Com relação ao Acre, apesar de continuar com um saldo migratório negativo durante o período, verificou-se uma redução neste indicador. Na década, seu volume atingiu menos de 10 mil pessoas, inclusive diminuindo pela metade sua taxa líquida, passando de -4,5% para -2,4%.

O sentido dos fluxos migratórios entre cada localidade, na última etapa migratória (Tabela 12) também apresentou mudanças importantes. Houve um aumento relevante da imigração com destino urbano neste período, invertendo, inclusive, o padrão da década passada, onde aproximadamente 60% destes fluxos tinham por objetivo a área rural. Nesta nova década, os fluxos urbano-urbanos estiveram em torno de 50% de toda a imigração ocorrida na Região, o que mostra de forma incontestável o caráter urbano que a "fronteira" passou a assumir. Com o crescimento intenso desta imigração, o fluxo que se apresentava majoritário nos anos 70 (rural x rural) teve um decréscimo de 20 pontos percentuais no período, passando para 23%.

Quando estes fluxos são analisados com base no comportamento de cada Estado, verifica-se que os fluxos com destino urbanos são, realmente, os de maior expressão, com mais de 50% em todos os Estados, ultrapassando, em alguns casos, 80% do total (Amazonas com 93% e Amapá com 83%). Apenas os Estados do Pará e de Rondônia apresentaram uma proporção mais equilibrada (51% e 55%, respectivamente).

4. Considerações Finais

Na Região Norte, o processo migratório tem influenciado de forma acentuada o crescimento populacional. Os migrantes, ao se dirigirem para a Região, motivados por fatores econômicos, políticos e institucionais, aumentaram consideravelmente o contingente populacional nela residente, principalmente nas duas últimas décadas. Correntes migratórias vindas de diversas partes do País acorreram à Região a partir do momento em que foram adotadas políticas governamentais com o intuito de ocupá-la, seja através de abertura de estradas, seja através de políticas de caráter econômico e medidas fiscais que estimularam um maior ingresso de capitais na Região. Isto explicaria, em forte medida, as elevadas taxas de crescimento populacional registradas na Região Norte.

As sub-regiões que possuíam grandes reservas minerais, que estavam às margens das rodovias de integração (Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, dentre outras) ou que tinham apoio governamental para suas atividades econômicas, como a agropecuária, foram aquelas que apresentaram as mais elevadas taxas de crescimento. Evidentemente, também foram as que passaram a receber quantidades maciças de migrantes. Foram fatores que, inclusive, influíram para o surgimento/desmembramento de vários Estados da Região Norte como foram os casos de Rondônia, Roraima e Tocantins.

Rondônia foi um Estado que apresentou crescimento populacional impressionante sobretudo quanto à sua população rural, que chegou mesmo a provocar uma diminuição da sua taxa de urbanização, que passou de 53,6%, em 1970, para 46,6% em 1980. Já os demais Estados da Região tiveram aumento desta taxa, o que indica a importância dos fluxos migratórios com destino urbano. Os que tiveram maior crescimento nesse período foram Roraima, Amazonas e Amapá, justamente aqueles que apresentaram as taxas mais baixas de crescimento rural. O Pará, por apresentar taxas relativamente próximas entre si com relação ao crescimento de seus contingentes urbanos e rurais, teve um crescimento na sua taxa de urbanização de apenas 1.81%.

A Região Norte, em 1991, apresentou o menor índice de urbanização

dentre as macrorregiões do País (57,8%), mas nem por isto perdeu significado em termos do seu grande dinamismo interno.

Rondônia que, na década de 70, apresentara diminuição da taxa de urbanização passou, nos anos 80, para 58,2%, indicando uma maior proporção de pessoas que se dirigiram para as áreas urbanas comparativamente às rurais, ao contrário do que se verificara na década anterior. Roraima, por sua vez, apresentou um incremento urbano menor mas, ainda assim, a referida taxa elevou-se de 61,6% para 64,7%. Alguns Estados apresentaram taxas bem mais expressivas como, por exemplo, o Amapá, o Amazonas e o Acre (80,1%, 71,5% e 61,9%, respectivamente). Já o Pará apresentou o menor índice, com 52,5%, bem abaixo da média regional.

Outra forma de observar o dinamismo populacional da Região durante a década de 80 é através da criação de novos municípios. Em 1980, a Região apresentava 203 municípios, porém, em 1991, este número subiu para 298. A década de 80 foi o período em que mais foram criados municípios na Região Norte (95), criação esta que correspondeu a um crescimento relativo de aproximadamente 47%, e que, indiretamente, também reflete uma intensificação do processo de sua ocupação humana.

As mudanças ocorridas na Região Norte, na década de 80, com uma maior estabilidade dos imigrantes nos locais de destino e com o crescimento da imigração intra-regional no cômputo geral da migração podem ter sido consequência de vários fatores, dentre os quais é possível lembrar, de um lado, a redução dos incentivos governamentais para o assentamento de populações oriundas de outras regiões do País (como ainda se verificara na década passada e que teve reflexos importantes nesse sentido) e, de outro, a crise econômica que assolou o País na década de 80, com impactos mais fortes na sua segunda metade, que deve ter afetado, de modo significativo, a mobilidade espacial da população. Ainda é cedo, porém, para afirmar que a atração exercida pela Região sobre a população migrante já tenha cessado, como afirmam alguns autores. Primeiro, há que se analisar o processo migratório com maior profundidade a fim de obter um maior conhecimento, tanto da sua dinâmica, quanto da sua importância para o crescimento demográfico da Região Norte, o que neste seminário teremos a oportunidade de tratar.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, J.A.M. de. Migrações internas: mensuração direta e indireta. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 43, nº 171, jul./st., 1982, p. 549-583.
- CARVALHO, J.A.M. de. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. *Revista Brasileira de Estatística*, Campinas, v. 2, nº 1, p. 31-73, jan-jun, 1985.
- CARVALHO, J.A.M. de, Fernandez, F. *Migrações Internas no Brasil 1960/1980*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1995. (mimeo).
- CEDEPLAR, SUDAM. *Migrações Internas na Região Norte: estudo de campo da Região de Marabá*. Belo Horizonte, 1977.
- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília, IPEA, 1994. (Texto para discussão, 329).
- RIGOTTI, J.I.R. *Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte - década de 70*. Belo Horizonte, 1994. Dissertação (Mestrado) CEDEPLAR/FACE/UFMG.
- RIGOTTI, J.I.R. Compatibilização das técnicas diretas e indiretas de estimação das migrações. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambu, 1996. *Anais ...* Belo Horizonte, ABEP, 1996 (no prelo).
- TORRES, H. da G., Migrações e o migrante de origem urbana na Amazônia. In: LÉNA, P., OLIVEIRA, A.E. (Orgs.) *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*, 2ª ed. Belém: CEJUP/MPEG, 1992. (Coleção Eduardo Galvão).

Tabela 1
População Residente e Imigração Interestadual Segundo as Unidades da Federação
Região Norte - 1970/80

Unidade da Federação de Residência	População Residente	Proporção da População Residente	Imigração da Interestadual	Proporção da Migração	Proporção da Imigração na Pop. Residente
Acre	301.276	4,57	15.573	1,83	5,17
Amazonas	1.430.528	21,69	66.327	7,78	4,64
Amapá	175.258	2,66	22.714	2,66	12,96
Pará	3.403.498	51,60	373.991	43,88	10,99
Rondônia	491.025	7,44	281.487	33,02	57,33
Roraima	79.121	1,20	17.909	2,10	22,63
Tocantins	715.440	10,85	74.367	8,72	10,39
TOTAL	6.596.146	100,00	852.368	100,00	12,92

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1980

Tabela 2
Tempo de Residência na Unidade da Federação de Residência
Região Norte - 1970/80

Unidade da Federação de Residência	Tempo de Residência			Proporção da Imigração		
	0-5 anos	6-9 anos	Total	0-5 anos	6-9 anos	Total
Acre	10.348	5.225	15.573	1,61	2,50	1,83
Amazonas	50.025	16.302	66.327	7,77	7,81	7,78
Amapá	16.999	5.715	22.714	2,64	2,74	2,66
Pará	286.799	87.192	373.991	44,57	41,75	43,88
Rondônia	213.146	68.341	281.487	33,12	32,73	33,02
Roraima	14.659	3.250	17.909	2,28	1,56	2,10
Tocantins	51.571	22.796	74.367	8,01	10,92	8,72
TOTAL	643.547	208.821	852.368	75,50	24,50	100,00

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1980

Tabela 3
Imigração Interestadual Segundo as Unidades da Federação
Região Norte - 1970/80

Unidade da Federação de Residência	Imigração Interestadual			Proporção da Imigração		
	Intra-regional	Inter-regional	Total	Intra-regional	Inter-regional	Total
Acre	6.391	9.182	15.573	5,97	1,23	1,83
Amazonas	34.224	32.103	66.327	31,95	4,31	7,78
Amapá	19.031	3.683	22.714	17,77	0,49	2,66
Pará	16.435	357.556	373.991	15,34	47,98	43,88
Rondônia	20.386	261.100	281.487	19,03	35,04	33,02
Roraima	6.088	11.821	17.909	5,68	1,59	2,10
Tocantins	4.567	69.800	74.367	4,26	9,37	8,72
TOTAL	107.123	745.245	852.368	12,57	87,43	100,00

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1980

Os Fluxos Migratórios na Região Norte nas Décadas de 70 e 80: Uma Análise Exploratória

Tabela 4
Proporção de Imigração Interestadual Segundo as Grandes Regiões de Origem
Região Norte - 1970/80

Unidade da Federação de Residência	Região de Origem					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
Acre	5,97	0,79	1,92	1,78	1,02	1,83
Amazonas	31,95	5,47	7,01	2,37	1,71	7,78
Amapá	17,77	0,83	0,53	0,16	0,15	2,66
Pará	15,34	67,99	38,74	16,22	45,60	43,88
Rondônia	19,03	5,02	43,15	77,12	47,56	33,02
Roraima	5,68	2,98	0,58	0,85	0,53	2,10
Tocantins	4,26	16,92	8,07	1,50	3,43	8,72
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1980

Tabela 5
Saldos Migratórios, Taxas Líquidas de Migração, Imigração, Emigração Segundo as Unidades da Federação
Região Norte - 1970/80

Unidade da Federação de Residência	Saldo Migratório	Imigração (Mensuração Direta)	Emigração (Mensuração Direta)	Taxa Líquida de Migração
Acre	-13.383	15.573	28.956	-4,45
Amazonas	16.072	66.327	50.255	1,12
Amapá	2.001	22.714	20.713	1,14
Pará	257.829	373.991	116.162	7,58
Rondônia	275.701	281.487	5.786	56,24
Roraima	15.776	17.909	2.133	20,04
Região Norte	553.996	745.245	191.249	9,43

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1980 e os saldos estaduais foram retirados de CARVALHO, J.A.M. de FERNANDES. F. *Migrações internas no Brasil 1960/80*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1995. (mimeo)

Notas: Na imigração para o total da Região Norte estão excluídos os imigrantes intra-regionais.

Tabela 6
População Imigrante Segundo Origem e Destino dos Fluxos
Região Norte - 1970/80

Unidade da Federação de Residência	Fluxos Migratórios						TOTAL
	rur x urb	urb x urb	s/dec x ur	rur x rur	urb x rur	s/dec x ru	
Acre	19,91	42,66	0,33	30,28	5,80	1,01	100,00
Amazonas	19,00	68,81	1,00	6,51	4,00	0,68	100,00
Amapá	21,94	31,77	0,24	31,72	13,91	0,41	100,00
Pará	8,32	27,18	0,48	43,97	19,13	0,90	100,00
Rondônia	13,28	23,27	0,26	54,98	7,71	0,50	100,00
Roraima	14,03	56,11	0,92	24,92	3,71	0,31	100,00
Tocantins	17,32	29,34	0,28	44,16	8,57	0,33	100,00
Região Norte	12,27	30,33	0,43	43,73	12,55	0,68	100,00

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1980 e os saldos estaduais foram estimados pela autora.

Tabela 7
População Residente e Imigração Interestadual Segundo as Unidades da Federação
Região Norte - 1980/91

Unidade da Federação de Residência	População Residente	Proporção da População Residente	Imigração da Interestadual	Proporção da Imigração	Proporção da Imigração na Pop. Residente
Acre	417.718	4,16	23.133	1,80	5,54
Amazonas	2.103.243	20,97	102.127	7,96	4,86
Amapá	289.370	2,88	41.222	3,21	14,25
Pará	4.950.060	49,35	486.275	37,90	9,82
Rondônia	1.132.692	11,29	401.934	31,33	35,48
Roraima	217.583	2,17	62.387	4,86	28,67
Tocantins	919.864	9,17	165.877	12,93	18,03
TOTAL	10.030.530	100,00	1.282.955	100,00	12,79

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1991

Tabela 8
Tempo de Residência na Unidade da Federação de Residência Atual
Região Norte - 1980/91

Unidade da Federação de Residência	Tempo de Residência			Proporção da Imigração		
	0-5 anos	6-9 anos	Total	0-5 anos	6-9 anos	Total
Acre	15.075	8.058	23.133	2,00	1,52	1,80
Amazonas	74.616	27.511	102.127	9,89	5,21	7,96
Amapá	29.953	11.269	41.222	3,97	2,13	3,21
Pará	283.372	202.903	486.275	37,55	38,40	37,90
Rondônia	192.923	209.011	401.934	25,57	39,56	31,33
Roraima	46.080	16.307	62.387	6,11	3,09	4,86
Tocantins	112.536	53.341	165.877	14,91	10,09	12,93
TOTAL	754.555	528.400	1.282.955	58,81	41,19	100,00

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1991

Tabela 9
Imigração Interestadual Segundo as Unidades da Federação
Região Norte - 1980/91

Unidade da Federação de Residência	Imigração Interestadual			Proporção da Imigração		
	Intra-regional	Inter-regional	Total	Intra-regional	Inter-regional	Total
Acre	11.599	11.534	23.133	4,21	1,14	1,80
Amazonas	52.378	49.749	102.127	19,02	4,94	7,96
Amapá	31.940	9.282	41.222	11,60	0,92	3,21
Pará	85.016	401.259	486.275	30,87	39,82	37,90
Rondônia	44.749	357.185	401.934	16,25	35,45	31,33
Roraima	22.378	40.009	62.387	8,13	3,97	4,86
Tocantins	27.303	138.574	165.877	9,92	13,75	12,93
TOTAL	275.363	1.007.592	1.282.955	21,46	78,54	100,00

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1991

Os Fluxos Migratórios na Região Norte nas Décadas de 70 e 80: Uma Análise Exploratória

Tabela 10
Proporção da Imigração Interestadual Segundo as Grandes Regiões de Origem
Região Norte - 1980/91

Unidade da Federação de Residência	Região de Origem					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
Acre	4.21	0.65	1.58	1.65	1.59	1.80
Amazonas	19.02	5.87	6.25	3.62	2.04	7.96
Amapá	11.60	1.35	0.80	0.39	0.34	3,21
Pará	30.87	59.56	25.28	11.90	25.15	37.90
Rondônia	16.25	11.82	56.79	77.08	41.95	31.33
Roraima	8.13	6.63	1.52	1.33	1.61	4,86
Tocantins	9.92	14.11	7.78	4.03	27.32	12.93
TOTAL	21,46	37,83	15,35	11,42	13,93	100,00

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1991

Tabela 11
Saldos Migratórios. Taxas Líquidas de Migração, Imigração, Emigração Segundo as Unidades da Federação
Região Norte - 1980/91

Unidade da Federação de Residência	Saldo Migratório	Imigração (Mensuração Direta)	Emigração (Mensuração Direta)	Taxa Líquida de Migração
Acre	-9.784	23.133	32.917	-2,41
Amazonas	59.701	102.127	42.426	2,94
Amapá	27.314	41.222	13.908	9,88
Pará	155.350	486.275	330.925	3,25
Rondônia	394.671	401.934	7.263	37,65
Roraima	90.445	62.387	-28.058	45,29
Tocantins	-66.673	165.877	232.550	-7,43
Região Norte	651.025	1.007.592	356.567	6,50

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1991 e os saldos estaduais estimados pela autora.

Notas: Na imigração para o total da Região Norte estão excluídos os imigrantes intra-regionais.

Tabela 12
População Imigrante Segundo Mudança na Situação de Domicílio e UF de Residência
Região Norte - 1980/91

Unidade da Federação de Residência	Fluxos Migratórios						TOTAL
	ru x urb	urb x urb	s/dec x ur	ru x rur	urb x rur	s/dec x ru	
Acre	14.52	50.26	1.41	24,25	9.27	0.29	100,00
Amazonas	13.89	77.08	2.16	3,20	3,24	0.43	100,00
Amapá	27.06	55.45	0.74	8,94	7,48	0.32	100,00
Pará	11.02	38,95	0.63	26,39	22,61	0,40	100,00
Rondônia	10.84	43,45	0.56	30,65	14,00	0,49	100,00
Roraima	9.05	62,42	2.06	11,39	14,36	0,72	100,00
Tocantins	14.06	53,99	0.75	17,67	13,08	0,46	100,00
Região Norte	12,04	47,12	0,83	23,51	16,06	0,45	100,00

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1991